



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
ESTADO DO CEARÁ
PALÁCIO JOSÉ CORREIA LIMA
CNPJ: 12477337/0001-73

06ª (SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA LEGISLATURA (2021 - 2024) - 5º PERÍODO
(20/01/2023 À 20/06/2023) DE 8 DE MARÇO DE 2023

ORDEM DO DIA

RESOLUÇÃO: 15/2023 - MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO: 15/2023 - MESA DIRETORA
RESOLVE: APROVAR PROCESSO LEGISLATIVO Nº 003/2023, DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DATADO DE 28 DE FEVEREIRO DO ANO EM CURSO, CUJA MENTA: DISPÕE SOBRE O NOVO ESTATUTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR E NOVO REGIME JURÍDICO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE MISSÃO VELHA(CE) E, REVOGA A LEI Nº 171/2013 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013.

REQUERIMENTO - DO LEGISLATIVO: 42/2023 - EDUARDO HONORATO PAULO
REQUERIMENTO 042 SEINFRA ESTRADA VICINAL SÍTIO PINTADO I

REQUERIMENTO - DO LEGISLATIVO: 46/2023 - EDUARDO HONORATO PAULO
PARA SEINFRA CONserto DA ESTRADA VICINAL RURAL DO SÍTIO PAUDARCO

REQUERIMENTO - DO LEGISLATIVO: 52/2023 - JUAREZ DARLAN LANDIM BARROS
REQUERIMENTO 052 SEINFRA ROÇO LATERAL DA ESTRADA RURAL DO SÍTIO PAUDARCO

REQUERIMENTO - DO LEGISLATIVO: 53/2023 - JUAREZ DARLAN LANDIM BARROS
REQUERIMENTO 053 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR

PROJETO DE LEI DE INDICAÇÃO: 01/2023 - EDUARDO HONORATO PAULO
Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar um fundo auxílio estiagem aos agricultores familiares por razão do fenômeno de estiagem e ou de excesso hídrico no âmbito do município de Missão Velha, Estado do Ceará e dá outras providências.

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO: 13/2023 - GEORGE FECHINE TAVARES



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
ESTADO DO CEARÁ
PALÁCIO JOSÉ CORREIA LIMA
CNPJ: 12477337/0001-73**

Fica denominado de RUA JOAQUIM DOS SANTOS, o logradouro público localizado no loteamento Santa Cruz e dá outras providências.

Missão Velha – CE, 22 de abril de 2025

**Moisés Saraiva de Luna
Agente administrativo¹**

¹ Na data informada neste documento, a pauta da sessão foi gerada automaticamente pelo software da Assesi, módulo aLegislativo. Qualquer divergência entre ela e a ata deve ser considerada como válido o que consta em ata.